

Linhas fundamentais da filosofia do direito



G. W. F. HEGEL

Tradutor:  
Artur Morão

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)





# Linhas fundamentais da filosofia do direito

G. W. F. HEGEL

## P R E F Á C I O

O motivo imediato para a publicação deste compêndio é a necessidade de pôr nas mãos dos meus ouvintes um fio condutor para as prelecções que, por ofício, dou sobre a filosofia do direito. É este manual uma elucidação ampla, e sobretudo mais sistemática, dos conceitos fundamentais que, acerca desta parte da filosofia, se encontram já na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Heidelberg, 1817), por mim destinada, aliás, às minhas lições.

Mas a razão para que esta epítome aparecesse impressa e chegasse assim ao grande público foi desenvolver, algumas vezes já aqui, as *anotações* que de início, numa breve menção, deviam sugerir representações afins ou divergentes, consequências adicionais e quejandos, o que nas lições receberia a sua elucidação pertinente, a fim de ocasionalmente clarificar o conteúdo mais abstracto do texto e mais óbvia tornar a referência a ideias na altura correntes.

Surgiu assim uma mole de anotações mais extensas do que as normalmente implicadas pelo escopo e pelo estilo de um compêndio. Em rigor, um compêndio tem por objecto o âmbito considerado já acabado de uma ciência; a sua peculiaridade, afora talvez um breve aditamento aqui e acolá, consiste sobretudo na composição e na ordenação dos

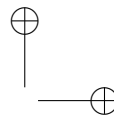
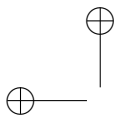




momentos essenciais de um conteúdo, já há muito dado e conhecido, e segundo uma forma com suas regras e usança há muito estabelecidas. De uma epítome filosófica já não se espera um feitio assim, porque se imagina que aquilo que a filosofia produz é uma obra tão tresnoitada como o véu de Penélope que, cada dia, de novo se enceta.

Antes de mais, esta epítome distingue-se de um compêndio habitual pelo método que lhe serve de guia. Pressupõe-se aqui, porém, que o giro filosófico da progressão de uma matéria para outra e da demonstração científica, que é o conhecimento especulativo em geral, se distingue essencialmente dos outros modos de conhecimento. Só o discernimento da necessidade de uma tal diferença conseguirá arrancar a filosofia à vergonhosa decadência em que nos nossos dias a vemos mergulhada. Reconheceu-se, ou antes, sentiu-se mais do que se reconheceu, a insuficiência, para a ciência especulativa, das formas e das regras da antiga lógica, do definir, do classificar e do inferir, que contêm as regras do conhecimento intelectual; rejeitaram-se, em seguida, essas regras como grilhetas apenas para se dissertar arbitrariamente a partir do sentimento, da imaginação, da intuição fortuita; e como depois não-de também afluir a reflexão e as relações ideativas, é o extravio inconsciente no método vilipendiado do mais que habitual raciocínio e aranzel. Desenvolvi em pormenor, na minha *Ciência Lógica*, a natureza do saber especulativo; no presente compêndio, acrescentou-se apenas, aqui e acolá, um esclarecimento sobre a progressão e o método. Na condição concreta e em si tão variegada do objecto, desatendeu-se a demonstrar e a realçar, em todos e em cada um dos pormenores, a continuidade lógica; em parte, tal poderia considerar-se como supérfluo no conhecimento pressuposto do método científico; e, em parte, será por si mesmo evidente que tanto o todo como o desenvolvimento dos seus membros se alicerçam no espírito lógico. Gostaria eu que, sob este aspecto, se considerasse e julgasse de preferência este tratado. Pois aquilo com que nele se lida é a ciência, e na *ciência* o conteúdo está essencialmente ligado à *forma*.

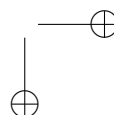
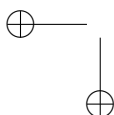




Pode ouvir-se dos que, aparentemente, intentam uma maior profundidade, que a forma é algo de exterior e indiferente à coisa, que só esta importa; pode, ademais, supor-se que a tarefa do escritor, e sobretudo do filósofo, é descobrir *verdades*, asserir *verdades*, divulgar *verdades* e conceitos correctos. Ora, se atentarmos no modo como tal tarefa costuma ser habitualmente desempenhada, descobrimos sempre o mesmo velho palanfrório recozido, exposto e revirado de todos os lados - tarefa que terá, sem dúvida alguma, o mérito de formar e despertar os ânimos, embora se possa considerar antes como um excesso supérfluo. - “Têm eles Moisés e os profetas; ouçam-nos ” [Lc, 16, 29]. Acima de tudo, não faltarão ocasiões múltiplas de nos espantarmos com o tom e a pretensão assim exibidos, como se o mundo ainda precisasse destes zelosos propagadores de verdades, como se o velho paleio requentado trouxesse novas e inauditas verdades e houvesse de ser, sobretudo e justamente “no tempo presente ”, tomado a peito. Verifica-se, por outro lado, que aquilo que aqui se afirma de tais verdades é enjeitado e desvanecido acolá justamente por verdades análogas divulgadas. Como é que, neste acervo de verdades, há-de sobressair de considerações informes e infundadas o que não é velho nem novo, mas permanente - como se há-de distinguir e preservar, excepto pela *ciência*?

De qualquer modo, a verdade acerca do *direito*, da *eticidade* e do *Estado*, é tão antiga quanto, *muitas vezes, exposta e reconhecida nas leis públicas, na moral pública e na religião*. Algo mais exige a verdade, porquanto o espírito pensante se não contenta com possuí-la neste modo imediato, mas antes a *concebe* e, de igual modo, obtém a forma racional para o conteúdo já em si mesmo racional, a fim de que ele surja justificado para o pensar livre; este não se detém no *dado* corroborado pela autoridade positiva exterior do Estado, pelo consenso dos homens, pela autoridade do sentimento íntimo e do coração ou pelo testemunho directamente determinante do espírito, mas emana de si mesmo e exige saber-se intimamente unido à verdade.

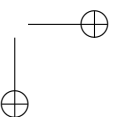
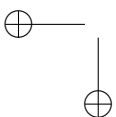
A atitude simples do ânimo ingénuo é ater-se à verdade publicamente reconhecida, com uma convicção cheia de confiança e, sobre





este fundamento sólido, erigir a sua acção e a sua firme posição na vida. Contra esta atitude simples se levanta já a pretensa dificuldade de, a partir da infinita *diversidade de opiniões*, se poder distinguir e descobrir o que nelas haverá de universalmente aceite e válido; e não é difícil poder divisar nesta dificuldade uma seriedade justa e verdadeira em torno do assunto. Mas, na realidade, os que se aproveitam desta dificuldade encontram-se na situação de não verem a floresta por causa das árvores: deparam com o embaraço e o enleio que eles próprios ergeram; mais ainda, esta encrenca, esta dificuldade é a prova de que pretendiam algo diferente do universalmente aceite e válido, da substância do direito e da eticidade. Se de tal verdadeiramente se tratasse, e não da *vaidade* e da *particularidade* do opinar e do ser, ater-se-iam ao direito substancial, aos mandamentos da eticidade e do Estado, e por eles ordenariam a sua vida. - Outra dificuldade advém de o homem pensar e de no pensamento buscar a sua liberdade e o fundamento da eticidade. Este direito, por mais nobre e divino que seja, converte-se em injustiça, se ele por pensamento se toma e, em seguida, se o pensamento só se sente livre, *quando se afasta do universalmente aceite e válido*, e imagina descobrir para si algo de *particular*.

Podia suspeitar-se de que, na nossa época, em *relação ao Estado*, está muito enraizada e firme a ideia de que, supostamente, a liberdade do pensar e do espírito em geral só se demonstra através do desvio, mais ainda, da hostilidade contra o publicamente aceite; e que, por conseguinte, uma filosofia do Estado deve ter a tarefa essencial de inventar e expor *também* uma *teoria* e, precisamente, uma teoria nova e particular. Se examinarmos tal concepção, e a prática a ela ajustada, devemos então supor que jamais sobre a terra houve, nem ainda hoje existe, um Estado e uma constituição política; como se *agora* - e interminavelmente dura este '*agora*' - é que importasse recomeçar tudo desde o princípio, como se o mundo ético tivesse esperado por uma tal excogitação, inquirição e fundamentação *hodierna*. Quanto à *natureza*, concede-se que a filosofia a deve conhecer *como ela é*; que, se *algueres* está escondida a pedra filosofal, *na própria natureza* se ocultará;





que ela é *em si racional*, e que o saber, indagando e concebendo, a deve apreender na sua razão presente, *real*; não as configurações e as casualidades contingentes que à superfície se mostram, mas a sua harmonia eterna, como sua lei *imane*nte e sua essência. Em contrapartida, o *mundo ético*, o Estado, a razão, tal como se realiza no elemento da autoconsciência, não saboreará a ventura de ser a razão que, efectivamente, se tornou activa e poderosa neste elemento, onde se afirma e habita. O universo espiritual deve antes abandonar-se à contingência e à arbitrariedade, deve ser *abandonado de Deus*, pelo que o *verdadeiro*, segundo este ateísmo do mundo ético, se encontra *fora* dele e, ao mesmo tempo, porque deve nele, apesar de tudo, haver *também* razão, o verdadeiro é apenas um problema. Aqui radica a legitimação, mais ainda, a obrigação de cada pensar se lançar ao caminho, não para *demandar* a pedra filosofal, pois, graças à filosofia do nosso tempo, a investigação é dispensável e cada qual sabe que, assim como está de pé e anda, tem em seu poder esta pedra. Acontece, então, que aqueles que vivem na realidade efectiva do Estado e nela encontram a satisfação do seu saber e do seu querer - e são muitos, mais do que os que de tal têm consciência, pois, *no fundo*, são *todos* - ou, pelo menos, aqueles que com *consciência* encontram a sua satisfação no Estado, se riem de tais começos e convicções, as tomam por um jogo vazio, mais ou menos sério, mais ou menos divertido e perigoso. Esta turva prática da reflexão e da vaidade, a aceitação e o favor de que ela goza seriam, de per si, uma ocorrência que em si e, a seu modo, se vai desenrolando; mas, por causa dela, expôs-se a *filosofia* em geral a múltiplas formas de desprezo e de descrédito. A pior de todas elas consiste em que, como se afirmou, cada qual, assim como está de pé e anda, tem a convicção de saber algo sobre a filosofia em geral e de ser capaz de a discutir. A nenhuma outra arte e ciência se vota este desprezo derradeiro: crer que qualquer um, sem mais, a possui.

De facto, o que com a máxima presunção vimos emanar da mais recente filosofia a propósito do Estado justificou em todo aquele que se deliciou em entrar na disputa a convicção de conseguir tirar de si algo



semelhante e demonstrar assim que está na posse da filosofia. Aliás, essa chamada filosofia declarou expressamente que *o verdadeiro não pode ser conhecido*; que o verdadeiro é o que cada qual *deixa surgir do seu coração, do seu ânimo e entusiasmo* acerca dos objectos éticos, em especial acerca do Estado, do governo, da constituição.

O que se não disse a este respeito, sobretudo para deleite da juventude! Esta acquiesce a que lhe falem bem! [A expressão da Escritura, Salmo 126, 2] “*Ele dá aos eleitos durante o sono*” - foi aplicada à ciência, e não houve dorminhoco que se não contasse entre os eleitos; o que ele assim recebeu no sono dos conceitos foi, depois, a sua mercadoria. - Um corifeu desta futilidade, que a si se denomina filosofar, o senhor Fries, teve a impudência, numa ocasião pública e festiva que ficou célebre, de propor, num discurso sobre o objecto do Estado e da constituição, esta ideia: “no povo, onde reina um genuíno espírito comum, a ocupação dos negócios públicos recebe a vida *a partir de baixo, do povo*; a cada obra de cultura popular e de serviço do povo se devem consagrar as sociedades *vivas*, indissolivelmente unidas *pelos sagrados laços da amizade*”, e coisas do género. - Esta trivialidade consiste, no seu cerne, em estribar a ciência, não no desfraldar do pensamento e do conceito, mas na percepção imediata e na imaginação contingente; em fundir na papa do “coração, da amizade e do entusiasmo” a rica articulação do ético em si, que é o Estado, a arquitectónica da sua racionalidade que, mediante a nítida distinção das esferas da vida pública e suas respectivas competências, graças à força da proporção em que se sustém cada pilar, cada arco, cada contraforte, faz, da harmonia dos seus membros, sobressair a força do todo. Tal como o mundo em geral, segundo Epicuro, o mundo ético não *está* abandonado mas, de acordo com esta concepção, deveria abandonar-se à contingência subjectiva da opinião e da arbitrariedade. Com o remédio caseiro de alicerçar no *sentimento* o trabalho, muitas vezes milenário, da razão e do intelecto, poupa-se, sem dúvida, todo o esforço do discernimento racional e do conhecimento guiado pelo conceito pensante. Em Goethe - uma boa





autoridade - *Mefistófeles* diz, mais ou menos, o que eu já noutra altura e noutro lugar qualquer aduzi:

*“Despreza, vá!, a inteligência e a ciência,  
os dons mais altos da humanidade -  
entregaste-te ao diabo  
e, por isso, perecerás.”*

Era óbvio que semelhante concepção tomaria também a forma da  *piedade*; e tudo o que se não tentou para autorizar esta azáfama! Com a santidade divina e com a Bíblia pretendeu ela dar-se a si a mais alta justificação para desprezar a ordem moral e a objectividade das leis. É a piedade que, decerto, faz evolver para a intuição mais simples do sentimento a verdade que, no mundo, se explicita num domínio orgânico.

Mas se ela for de uma espécie genuína, abandona a forma desta região, logo que, saindo do íntimo, entra no dia do desenrolamento e da riqueza manifesta da Ideia, e do seu serviço divino interior traz consigo a reverência por uma verdade e uma lei que existem em si e para si, elevadas acima da forma subjectiva do sentimento.

Pode aqui constatar-se a forma particular de má consciência, que se manifesta no tipo de eloquência a que se alcandora aquela vulgaridade; e, acima de tudo, onde *menos espiritual* ela é mais fala do *espírito*; onde mais morta e mais baça é a sua linguagem mais ostenta as palavras *vida* e *trazer à vida*; onde mais estampa o ingente egoísmo da vaidade oca quase sempre tem na boca a palavra povo. Mas o peculiar sinal, que traz na frente, é o ódio à lei. Que o direito, a eticidade, o mundo efectivo do direito e do ético se apreendem mediante *pensamentos*, que eles se dão a si, pelo pensamento, a forma da racionalidade, a saber, a universalidade e a determinidade - isto, *a lei*, é aquilo que esse sentimento que se arroga o arbitrário, essa consciência que põe o direito na convicção subjectiva, divisa justamente como o seu pior inimigo. A forma do direito enquanto *dever* e *lei* aparece-lhe como *letra morta e fria*, como *cadeia*, pois se não reconhece nela e, por isso, não consegue nela





ser livre, porque a lei é a razão das coisas e não permite ao sentimento acalentar-se na sua própria particularidade. A *lei*, como se advertirá ao longo deste manual, é também o 'shiboleth' [santo-e-senha] com que se discriminam os falsos irmãos e amigos do chamado povo.

Ora como esta rabulice da arbitrariedade se apoderou do nome da *filosofia* e conseguiu inculcar em grande parte do público a opinião de que semelhante prática é filosofia, tornou-se quase uma desonra falar filosoficamente da natureza do Estado; e não há que censurar os homens honestos por cederem à impaciência, logo que ouvem falar de uma ciência filosófica do Estado. Menos ainda há que se admirar se, por fim, os governos tomam medidas de vigilância perante tal filosofar, pois, entre nós, a filosofia não é praticada, à maneira dos Gregos, como uma arte privada, mas tem uma existência pública e que afecta o público, sobretudo ou exclusivamente, no funcionalismo estatal.

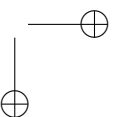
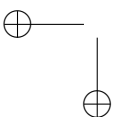
Se os governos manifestaram a sua confiança nos sábios consagrados a este seu domínio, deixando-lhes inteiramente o cultivo e o conteúdo da filosofia - aqui e além, se se quiser, terá havido menos confiança do que indiferença em face desta ciência, e a sua docência conservou-se apenas por tradição - como, ao que sei, se mantiveram em França as cadeiras de metafísica - então eles viram-se mal pagos de tal confiança; ou, noutros casos, onde se pretendeu ver indiferença, o resultado, a decadência do conhecimento profundo, deveria encarar-se como o castigo dessa indiferença. A princípio, a superficialidade parece de todo conciliável, pelo menos com a ordem e a tranquilidade exteriores, pois não chega a aflorar, nem sequer a pressentir, a substância das coisas; pelo menos na perspectiva da polícia, nada haveria a aduzir contra ela, se o Estado não contivesse em si a necessidade de uma cultura e de um discernimento mais profundos e exigisse à ciência a sua satisfação. Mas a superficialidade, quanto ao ético, ao direito e ao dever, leva por si aos princípios que, em cada uma destas esferas, constituem justamente o trivial, aos princípios dos *Sofistas*, que Platão nos deu a conhecer - os princípios que fazem assentar aquilo que o direito é nos *fins subjectivos* e nas *opiniões*, no *sentimento subjectivo*





e na *convicção particular* - princípios de que provém a destruição da eticidade interior, da consciência jurídica, do amor e do direito entre pessoas privadas, e ainda a subversão da ordem pública e das leis do Estado. O significado, que semelhantes manifestações devem adquirir para os governos, não poderá porventura comprovar-se pelo título, que se baseava na confiança concedida e na autoridade de uma função oficial, para exigir ao Estado que caucione e deixe as mãos livres ao que corrompe a fonte substancial dos actos, os princípios fundamentais, inclusive a despeito deles e como se assim tivesse de ser. *A quem Deus dá uma função também concede a inteligência* - é um velho gracejo que, na nossa época, se não tomará lá muito a sério.

Na importância do tipo e do modo do filosofar, avivada nos governos pelas circunstâncias, não há que minimizar o momento de protecção e de apoio de que, em muitos outros aspectos, o estudo da filosofia hoje, aparentemente, necessita. De facto, quando se lêem tantas produções oriundas do ramo das ciências positivas, e também da devoção religiosa e de outra literatura indeterminada, não se revela ali só o desprezo explícito da filosofia; mostram elas ao mesmo tempo ser de todo retrógradas na formação das ideias, inteiramente estranhas à filosofia que tratam como qualquer coisa de ultrapassado; investem expressamente contra ela, e o seu conteúdo - o *conhecimento conceptual de Deus*, da natureza física e espiritual, o *conhecimento da verdade* - é tido por uma presunção louca, mais ainda, pecaminosa. [Ali se vê] como a *razão*, sempre a *razão*, numa repetição infundável, é acusada, diminuída e condenada; ou, pelo menos, se dá a entender quão incómodas são as exigências do conceito, numa grande parte do que deveria ser a prática científica. Quando - digo eu - tais manifestações nos surgem pela frente, quase se poderia admitir o pensamento de que, *deste lado*, a tradição já não seria honrosa nem suficiente para assegurar ao estudo da filosofia a tolerância e a existência pública. - Tais declarações e impudências contra a filosofia, habituais no nosso tempo, oferecem este espectáculo singular: por um lado, têm força devido à banalidade em que esta ciência caiu; por outro, radicam no mesmo elemento contra o

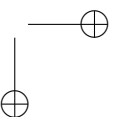
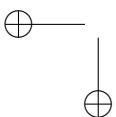




qual ingratamente investem. Esse autodenominado filosofar, ao ter o conhecimento da verdade por uma tentativa insensata, *equiparou* virtude e vício, honra e desonra, sabedoria e ignorância, *nivelou* todos os pensamentos e todos os assuntos, tal como o despotismo imperial de *Roma* fizera com a nobreza e os escravos - pelo que os conceitos do verdadeiro, as leis do ético nada mais são do que opiniões e convicções subjectivas e, enquanto *convicções*, os princípios criminosos são postos em idêntica dignidade com as leis; e quaisquer objectos vazios e particulares, quaisquer matérias insignificantes, se situam igualmente na mesma dignidade daquilo que constitui o interesse de todos os homens que pensam e dos vínculos do mundo ético.

Há, pois, que considerar como uma *sorte* para a ciência - tal é, na realidade, como já se viu, a *necessidade das coisas* - que semelhante filosofar, que em si se podia ter composto como uma *sabedoria escolar*, se tivesse apresentado em íntima relação com a realidade efectiva, onde se confronta a sério com os princípios dos direitos e dos deveres e vive à luz da consciência dos mesmos: chegou-se assim à *ruptura declarada*. É justamente a *posição da filosofia perante a realidade efectiva* a que os erros dizem respeito; e, com isto, regresso ao que já antes advertira: a filosofia, por ser o *perscrutar do racional*, portanto, a *apreensão do presente* e do *efectivamente real*, não é a exibição de um *além*, que só Deus sabe onde se encontrará - ou a cujo respeito se sabe, de facto, muito bem dizer onde está, isto é, no erro de uma parlenga unilateral e vazia.

Ao longo deste tratado adverti que até a República *platónica*, imagem proverbial de um *ideal vazio*, nada mais apreendeu do que a natureza da eticidade grega; na consciência do princípio mais profundo que a invadia, o qual nela só como nostalgia ainda insatisfeita podia imediatamente surgir e, portanto, só como corrupção, *Platão* teve precisamente de recorrer a tal nostalgia à busca de ajuda; e, podendo ela vir só do alto, foi obrigado a procurá-la, antes de mais, só numa forma particular e *exterior* da eticidade; imaginou que, graças a ela, controlaria a corrupção, mas apenas feriu no mais íntimo o seu mais profundo





ímpeto, a personalidade infinita livre. Como grande espírito que era, porém, revelou assim que o princípio, em torno do qual gira o decisivo da sua ideia, é o gonzo em volta do qual rondou então a iminente revolução do mundo:

*O que é racional é real;  
e o que é real é racional.*

Nesta convicção habita toda a consciência imparcial, como a filosofia, e daqui parte esta para considerar tanto o universo *espiritual* como o *natural*. Quando a reflexão, o sentimento ou, em geral, a forma que a consciência subjectiva tem, enxergam o *presente* como *vão*, estão além dele e sabem melhor, situam-se no vazio e, porque só no presente têm realidade efectiva, eles próprios são essa inanidade. Se, em contrapartida, a Ideia se divisa apenas como uma ideia, uma representação na opinião, então a filosofia opõe-lhe o juízo de que nada é efectivamente real excepto a Ideia. Importa, então, reconhecer na aparência do temporal e do transitório a substância, que é imanente, e o eterno que está presente. Pois o racional, que é sinónimo da Ideia, ao entrar simultaneamente com a sua realidade efectiva na existência exterior, ressalta numa riqueza infinita de formas, de manifestações e de configurações, rodeia o seu cerne com a casca pintalgada em que, primeiro, se domicilia a consciência; e o conceito penetra nela para descobrir a pulsação interna e a sentir palpitando nas configurações externas. Mas as circunstâncias infinitamente diversas que, graças à aparição da essência nelas, se constituem nesta exterioridade, este infinito material e a sua regulamentação, não são objecto da filosofia. Mesclar-se-ia ela com coisas que não são da sua conta e pode, portanto, poupar-se a dar conselhos a tal respeito. *Platão* podia ter-se dispensado de recomendar às amas que nunca estivessem quietas com as crianças, que incessantemente as embalassem nos braços; e *Fichte*, de - como se dizia - *delinear* a melhoria do *policimento dos papéis* [de identificação], a ponto de nos bilhetes dos suspeitos se apor não só a descrição pessoal, mas também o seu retrato. Em tais realizações não se vislumbra vestígio





algum de filosofia; pode ela até descurar semelhante ultra-sabedoria, pois deve, quanto a esta imensa cópia de objectos, mostrar-se liberalíssima. Surgirá assim a ciência afastada o mais possível do ódio que a inanidade do pedantismo dirige a um conjunto de circunstâncias e de instituições - ódio em que a mediocridade quase sempre se compraz, porque só nela chega a um sentimento de si.

Este tratado, na medida em que contém a ciência política, deve, pois, ser apenas a tentativa de *conceber e expor o Estado como algo de racional em si*. Enquanto escrito filosófico, nada lhe será mais alheio do que a construção de um *Estado como deve ser*; a informação, que nele se pode conter, não visa ensinar ao Estado como ele deve ser, mas, sim, como ele - o universo ético - deve ser conhecido.

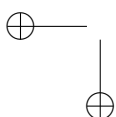
*Idoù Ródos, idoù kài to pédema.*  
*Hic Rhodus, hic saltus.*

A missão da filosofia consiste em conceber *o que é*, pois a razão é *aquilo que é*. Quanto ao indivíduo, cada um é *filho do seu tempo*; por isso, também a filosofia é *o seu tempo apreendido em pensamentos*. É uma tolice imaginar que qualquer filosofia vai além do seu mundo presente, que um indivíduo saltará por cima do seu tempo, transporá *Rhodus*. Se, de facto, a sua teoria for mais além, se construir para si um mundo *como ele deve ser*, então este existe decerto, mas somente no seu opinar - brando elemento, em que tresvariará tudo o que é arbitrário.

Com uma pequena alteração, aquele mote rezaria assim:

*Aqui está a rosa, dança aqui!*

O que se encontra entre a razão enquanto espírito autoconsciente e a razão enquanto realidade efectiva existente, o que separa aquela desta e a impede de nela encontrar a satisfação, é o grilhão do abstracto, que não é livre para o conceito. Reconhecer a razão como a rosa na cruz do presente, alegrar-se nesta - tal discernimento racional é a *reconciliação* com a realidade efectiva, que a filosofia garante àqueles em que alguma





vez irrompeu a exigência interior de *conceber*, de preservar a liberdade subjectiva no que é substancial, de permanecer, com a liberdade subjectiva, não no particular e no contingente, mas no que em si e para si é.

Eis o que constitui também o sentido concreto do que acima se designou, de uma maneira abstracta, como *unidade da forma e do conteúdo*; na sua mais concreta significação, a *forma* é a razão enquanto conhecimento conceptual, e o *conteúdo* é a razão enquanto essência substancial da realidade efectiva ética e também natural; a identidade consciente de ambos é a Ideia filosófica. - Há uma grande obstinação, a obstinação, que honra o homem, de nada querer reconhecer na disposição anímica que não esteja justificado pelo pensamento - esta obstinação é a característica dos tempos modernos e, além disso, o princípio específico do protestantismo. O que *Lutero* iniciou como fé no sentimento e no testemunho do espírito é idêntico ao que o espírito, posteriormente amadurecido, se esforçou por conceber no *conceito*, de modo a libertar-se no presente e, assim, nele se encontrar.

Tornou-se famosa a sentença segundo a qual meia filosofia afasta de Deus - é a mesma metade que situa o saber numa *aproximação* da verdade - mas a verdadeira filosofia conduz a Deus; o mesmo se passa com o Estado. Assim como a razão se não satisfaz com a aproximação, que não é nem fria nem quente e, portanto, é para ser vomitada [Ap. 3, 16], assim tão-pouco se satisfaz com o frio desespero que confessa que na temporalidade as coisas estão mal ou, quando muito, menos mal; e como nela nada pode haver de melhor, então importa apenas estar em paz com a realidade efectiva; há uma paz mais calorosa, que é fruto do verdadeiro conhecimento.

Aliás, para se dizer mais alguma coisa sobre a *instrução* de como o mundo deve ser, acrescenta-se que a filosofia chega sempre demasiado tarde. Como *pensamento* do mundo, ela só aparece na altura em que a realidade efectiva completou o processo da sua formação e atingiu a sua maturidade. O que o conceito ensina mostra-o necessariamente também a História: só na maturação da realidade efectiva é que o ideal





surge em face do real, apreende este mesmo mundo na sua substância e o erige na figura de um reino intelectual.

Quando a filosofia pinta a cinzento o seu livor, então tornou-se velha uma figura da vida; e nesse livor macilento, não se deixa rejuvenescer, mas apenas reconhecer; a coruja de Minerva só inicia o seu voo ao cair do crepúsculo.

É tempo, porém, de terminar este prefácio; pretendeu apenas, enquanto prefácio, mencionar, extrínseca e subjectivamente, o ponto de vista do escrito a que se antepõe. Se filosoficamente se houver de falar de um conteúdo, então ele só será compatível com uma abordagem científica, objectiva; por isso, qualquer objecção alheia ao tratamento científico do tema será, para o autor, simples posfácio subjectivo, afirmação arbitrária, logo, indiferente.

Berlim, 25 de Junho de 1820.

